



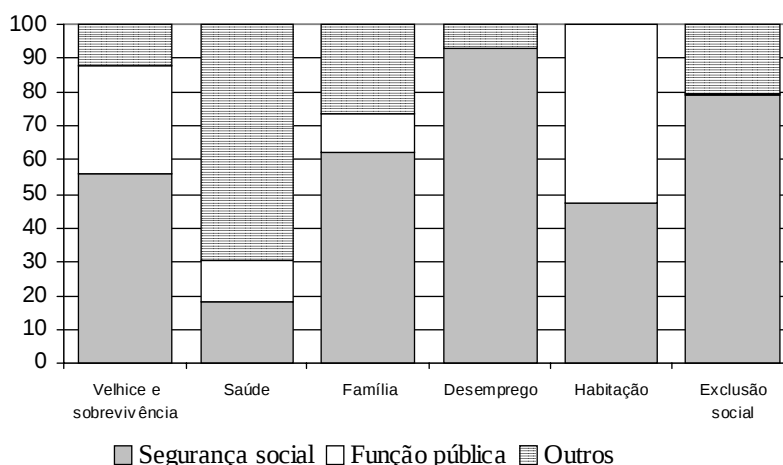
PROTECÇÃO SOCIAL 1998

8 de Maio - Dia Mundial da Segurança Social

Em Portugal, em 1998, foram despendidos cerca de 3 920 milhões de contos em prestações sociais, 41% dos quais atribuídos pelos regimes de protecção social do sector privado (Segurança Social), 20% pelos regimes de protecção social da função pública e 39% pelos restantes regimes de protecção social (Serviço Nacional de Saúde, Entidades Patronais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Associações de Socorros Mútuos, Fundos de Pensões, etc).

Em termos de cobertura dos diversos riscos por cada grupo de regimes, salienta-se a crescente importância da Segurança Social no que diz respeito à Exclusão Social – em 1998 tornou-se responsável por cerca de 79,1% das prestações concedidas nesta área – importância devida ao Rendimento Mínimo Garantido que se situou na ordem dos 60 milhões de contos.

**Cobertura dos diversos riscos de protecção social, por grupo de regimes
1998**



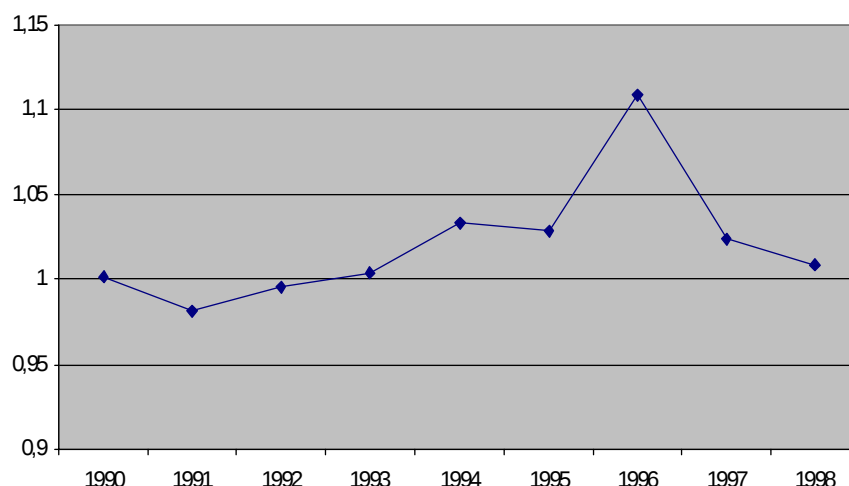
Relativamente ao conjunto dos diferentes regimes de Protecção Social constata-se que a Segurança Social desempenha um papel substancial nas seguintes áreas:

- Desemprego (cerca de 93,2% do montante total de prestações concedidas nesta área, foram atribuídas pela Segurança Social, tendo o Subsídio de Desemprego atingido 133 milhões de contos);
- Família (62,3%, salientando-se o Subsídio Familiar a Crianças e Jovens que ascendeu a 83 milhões de contos);
- Velhice e Sobrevivência (56,1%, tendo a pensão de velhice atingido 725 milhões de contos e a pensão de sobrevivência: 172 milhões de contos).

Considerando apenas os regimes da Segurança Social, verifica-se que as pensões de velhice, invalidez e sobrevivência se situam entre as principais prestações concedidas, devendo-se o facto à existência do elevado número de pensionistas (em 1998 existiam 2 432 mil pensionistas, correspondendo a 24,4% da população residente em Portugal), consequência da estrutura etária da população portuguesa (por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos, existiam 90 com idade superior a 64 anos).

Em 1998, à semelhança da tendência que se tem vindo a registar nos últimos anos, verifica-se que apesar da evolução das receitas e despesas ser positiva, a cobertura das despesas da Segurança Social por parte das suas receitas tem vindo a reduzir-se cada vez mais. Enquanto que as despesas aumentaram 10,4% em relação ao ano anterior atingindo 2 193 milhões de contos em 1998, as receitas cresceram 8,8% traduzindo-se em 2 213 milhões de contos.

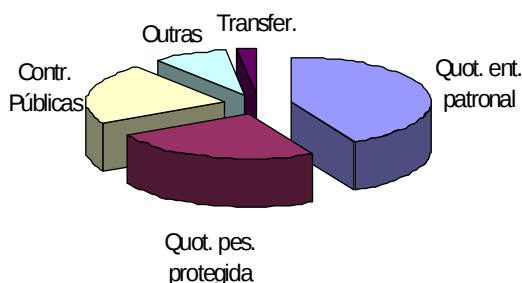
Taxa de cobertura das despesas da Segurança Social, pelas receitas



As quotizações da entidade patronal constituem a principal fonte de receitas da Segurança Social representando aproximadamente 42,6% do total seguindo-se-lhes as quotizações da pessoa protegida (24,6%); as contribuições públicas (21,9%); as outras receitas (8,6%) e as transferências (2,3%).

Por outro lado, as prestações sociais concedidas pela Segurança Social representam cerca de 73,6% do total de despesas da Segurança Social, enquanto que custos de funcionamento; transferências e outras despesas representam apenas 26,4%.

Estrutura do tipo de financiamento dos regimes de Segurança Social



Ao proceder-se à análise comparativa, no período compreendido entre 1995 e 1997, entre a Protecção Social existente em Portugal e a existente na Comunidade Europeia, constata-se a existência de algumas diferenças. No que diz respeito à proporção que as despesas de protecção social assumem em termos de produto interno bruto, Portugal situa-se abaixo dos níveis médios comunitários, apesar do aumento verificado entre 1995 e 1997 (em 1995 as despesas de protecção social representavam 20,8% do PIBpm, enquanto que em 1997 se situavam em 22,5%). Em 1997, as despesas de Portugal com protecção social, em termos de PIBpm, eram inferiores à média comunitária em aproximadamente 5,7%.

Despesas de Protecção Social em % do PIBpm

